

# TRABALHO E EDUCAÇÃO

## a experiência do Instituto João Pinheiro - 1909 / 1934 \*

LUCIANO MENDES DE FARIA FILHO\*\*

### RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar a utilização do trabalho na formação de meninos abandonados no âmbito do Instituto João Pinheiro. Procura, em primeiro lugar, explicitar as quatro modalidades diferentes de trabalho – interno, agrícola, manual e nas oficinas – existentes na instituição, mostrando como eram desenvolvidas e quais seus objetivos. Busca, ainda, discutir o caráter de formação técnica e disciplinar destas diferentes atividades e tecer algumas considerações a respeito do papel formativo do salário pago aos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituto João Pinheiro  
menor abandonado –  
educação  
formação técnica

### ABSTRACT

The scope of this article is to analyse the work as an useful instrument for the instruction of abandoned children at Instituto João Pinheiro (Belo Horizonte). Firstly, it is to explain the four kinds of work developed at that Institution: domestic, agricultural, hand-crafts and workshop labour. Secondly, it is to discuss the disciplinary and technical character of such activities, as well as the role wages played, in the whole of the formation of such children.

**KEY WORDS:** Education, Work, Technical Instruction, Discipline



\* Este artigo, com ligeiras modificações, faz parte de minha Tese de Mestrado a ser apresentada na Faculdade de Educação da UFMG no segundo semestre de 1991. Agradeço à Profª Maria Alice Nogueira a valiosa orientação e ao CNPq a bolsa de estudos que tornou possível a realização deste trabalho.

\*\* Assessor Pedagógico da Associação Paulo Englert – AMEPPE/BH e mestrando da FAE-UFMG

## INTRODUÇÃO

Está hoje na ordem do dia, nas discussões entre educadores e todos aqueles que se interessam de alguma forma pela educação da classe trabalhadora e de seus filhos, a questão do trabalho como princípio educativo. Em nome desse princípio, numerosas experiências têm-se articulado e organizado, com o intuito de educar o trabalhador em instituições, públicas ou não, em internatos e, até mesmo, em prisões, ao longo dos três últimos séculos.

Neste artigo pretendemos analisar o significado da utilização do trabalho como o elemento educativo por excelência numa experiência acontecida em Minas Gerais ao longo de quase sessenta anos. Trata-se do Instituto João Pinheiro, fundado em 1909 nos arredores de Belo Horizonte pelo Estado mineiro, com o objetivo de educar/amparar crianças pobres, "abandonadas material ou moralmente", que lá ingressavam entre oito (8) e doze (12) anos de idade e saíam com idade entre dezessete (17) e vinte e um (21) anos.

A experiência do Instituto é importante não só devido a seu pioneirismo, até onde sabemos, na educação de crianças abandonadas no Brasil, mas também, devido à própria proposta educativa que se pôs em prática. Esta forma pioneira se caracterizava tanto por sua organização<sup>1</sup>, quanto por sua íntima ligação com os problemas que afligiam a sociedade mineira no alvorecer deste século – principalmente a falta de mão de obra apta física, ideológica e moralmente, ao trabalho assalariado<sup>2</sup>.

É nossa intenção, neste artigo, ao trazer à luz essa experiência, contribuir para a discussão sobre a rela-

ção entre trabalho e educação da classe trabalhadora, bem como chamar a atenção para o fato de que o trabalho como princípio educativo tanto pode representar um elemento de transformação quanto de conservação social, dependendo de como este se articula com os interesses que se confrontam na luta de classes.

### A EDUCAÇÃO PELO TRABALHO: a experiência do Instituto João Pinheiro

Para todos aqueles que estavam, direta ou indiretamente, relacionados com a criação e funcionamento do Instituto João Pinheiro, este é pensado sempre como um espaço – educativo – entre dois mundos ou, em certo sentido, entre duas vivências. Num dos pólos encontra-se a sempre ameaçadora rua o perigo do ócio e a desonrosa vadiagem em outro, o trabalho honroso e gratificante, a família, fonte de dignidade, e o salário compensador; entre os dois, para as crianças abandonadas, mineiras, o Instituto.

Esta visão do Instituto pode ser detectada já em seu primeiro regulamento, publicado em 1910. Dizia ele:

*"O fim do Instituto é apoderar-se do menor em risco de perversão ou já viciado e, transcorrido o período educacional, restituir à sociedade um homem sadio de corpo e alma, apto para constituir uma célula do organismo social, capaz de prover a própria subsistência e de impulsionar a vida econômica." Regulamento Inst. J. Pinheiro - 1910: p. 14 (Regulamento... 1910, p. 14)*

Tal visão do Instituto como espaço entre o mundo da vadiagem e o mundo do trabalho não é apanágio dos fundadores. Por mais de uma vez, os visitantes<sup>3</sup>, ao se referirem à Instituição, caracterizam-na desta forma. Para muitos deles, o Instituto tem o papel eminentemente regenerador da infância perdida, pois destinada a não se integrar à sociedade pelo trabalho.

Para que tal objetivo fosse alcançado, organizou-se no Instituto toda uma rede de experiências pedagógicas a ser vivida pelos jovens, caracterizada pelo entrelaçamento de diversos mecanismos – instituições educativas/formativas como a família, a escola, o júri escolar, etc.

Procurando fazer uma caracterização e análise dos expedientes educadores-formadores colocados em prática pelo Instituto João Pinheiro, com o intuito de formar um trabalhador apto física, ideológica, moral e disciplinarmente para o trabalho assalariado, vamos agora nos debruçar sobre aquele que, para os responsáveis pelo Instituto, constituía o elemento mais importante: o trabalho. Ali, a prática e a vivência cotidiana do trabalho metódico e disciplinado, mais que a

1) As bases da organização do Instituto deveriam ser, segundo seus mentores, aproximadas à da República Federativa, a exemplo do Brasil. Ou seja, deveria constar de unidades federativas (grandes Pavilhões) e, dentro desses, de micro-unidades que representavam os municípios (os quartos). Nos pavilhões moravam as crianças sob a unidade de um casal – formando famílias – e em cada quarto alojavam-se no máximo três crianças. Faria parte, ainda, da "República" a instituição escolar, o aparelho judiciário-repressivo (com júri popular e polícia), o trabalho organizado, a igreja e as eleições para os cargos de "ministros", em número de três, que tinham a função de auxiliares do diretor, este último, escolhido diretamente pelo Secretário do Interior ou da Agricultura.

A idéia que animava os fundadores era que assim organizado, o Instituto propiciaria a vivência e a aprendizagem dos valores, das normas e das práticas republicanas (cf. REGULAMENTO 1910 p. 16ss).

2) Em outro artigo (FARIA Filho, 1990) procuramos defender a tese de que o Instituto foi parte de um conjunto maior de mecanismos que buscavam resolver, na perspectiva da elite mineira, o problema da mão-de-obra para a agricultura no Estado.

3) De acordo com dados apresentados por RENAULT (1974 p. 136ss), 36.722 pessoas visitaram o Instituto entre sua fundação (1909) e o ano de 1929, o que dá uma média de mais de 1800 pessoas por ano. Estes visitantes eram desde professores primários do interior mineiro, passando por jornalistas e outros profissionais comissionados especialmente para visitar a Instituição, até altas autoridades nacionais e internacionais em visita à capital mineira.

escola, a família, o júri escolar, é que deveria ser o educador por excelência dos futuros trabalhadores.

Vejam os então como se organizava, quais eram os objetivos e características assumidas pelo trabalho na experiência concreta do IJP.

## ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO NO IJP

No que concerne à organização geral, podemos dizer que o trabalho no Instituto estava dividido em quatro modalidades:

1. o trabalho manual, que era como que uma preparação ao trabalho na oficina e ao qual o menor deveria submeter-se durante os dois primeiros anos de permanência no instituto;
2. o trabalho agrícola, responsável pela formação de trabalhadores agrícolas e pela produção de gêneros alimentícios para a Instituição;
3. o trabalho nas oficinas, pensado como complemento do trabalho agrícola na formação dos agricultores; para formar artesão e para produzir calças, caixas e outros utensílios para o Instituto e para o mercado de Belo Horizonte;
4. o trabalho interno, em cada pavilhão, uma vez que os educandos eram responsáveis pela limpeza e higiene, pelos cuidados com o jardim, por alguma criação doméstica (galinhas, porcos, etc.) e pela escrituração.

Mesmo tendo suas especificidades, como mostraremos, no conjunto todas estas modalidades estão diretamente relacionadas com a formação, nas crianças, de valores, hábitos, atitudes e de capacidades técnicas necessárias àqueles que deverão viver do próprio trabalho.

Dentre os valores que se deveriam formar no "espírito" daquelas crianças, o primeiro e mais importante é justamente o valor do trabalho na vida humana, por serem elas oriundas de ambientes onde, supostamente, esse valor não era reconhecido. A este princípio fundamental ligam-se algumas preocupações, como a de mostrar a utilidade e necessidade do trabalho, que ele enobrece e dignifica, que a vida sem ele é impossível, que somente é digno de si e da sociedade quem trabalha, que é preciso viver pelo trabalho, enfim, que ele afasta do ócio e dos vícios.

No discurso de alguns daqueles implicados no cotidiano do Instituto, a utilidade do trabalho na formação de valores necessários à futura mão-de-obra assalariada manifesta-se de modo muito claro. Segundo um aluno:

*"Do trabalho do educando não se faz conta; tem-se em mira unicamente inculcar no seu cérebro fraco o amor à vida laboriosa, longe do ócio e isento de maus costumes. Do seu serviço nada se espera de lucrativo, a não ser acostumá-lo ao trabalho e fazê-lo aprender, sem os perigos da burocracia, a viver por si, independente e livre".*

Neste sentido, continua o aluno:

*"O instituto não ensina somente o aluno a dizer que o trabalho é bom, ensina-lhe com fatos vivos a julgá-lo necessário, cultivá-lo e aplicá-lo diferente e convenientemente, pois, ensinando-lhe, quando necessário, a lavar, engomar e cozinhar, torna-o apto para vencer qualquer dificuldade na vida, e não se entregará tão facilmente ao ócio, patrono de todos os vícios." (Emílio Félix. Aluno, 1914. In: INSTITUTO J.P. 1919 p. 88, 91).*

Depreende-se desta citação a incorporação, por parte dos educandos, de algumas das diretrizes que nortearam a criação da instituição e para as quais estamos chamando a atenção: afastar os futuros trabalhadores do ócio - "patrono de todos os vícios" -, através de uma formação técnica, moral, ideológica, sem deixá-los, no entanto, cair no serviço burocrático, visto também como um perigo.

## O TRABALHO MANUAL

A criança ingressa no "mundo do trabalho", no Instituto, através do chamado "ensino ou trabalho manual". Este, como já dissemos, é como uma introdução ao aprendizado de um ofício, nas oficinas. O Regulamento do Instituto refere-se, num primeiro momento, ao ensino manual para, logo depois, referir-se a trabalho manual.

A primeira referência encontra-se na "fundamentação" do referido documento, onde se lê:

*"O ensino de ofício só começará dois anos depois de internado o educando. Neste período introdutório, todo o aluno receberá gradativamente o ensino manual (manual training), sem especialização de ofício. Principiando pelo dobramento, corte e recorte de papel, percorrerá depois e sucessivamente o aprendizado dos rudimentos dos ofícios mais comuns e mais úteis e do manejo das mais simples das respectivas ferramentas. Esse processo, novo na aplicação e nos intuítos, tem as seguintes vantagens: a) preencher o fim pedagógico dessa disciplina, educando e conjugando os sentidos e adestrando especialmente as mãos, imprimindo hábitos de perseverança e de paciência no trabalho, interessando a criança pela sua variedade; b) provê os futuros agricultores de aptidão para, por si mesmos, preencherem as necessidades comuns ao meio desprovido de recursos em que vão viver; remendarão o próprio vestuário, repararão e cairão a casa,*

*improvisarão peças de mobílias de habitações rurais, conservarão o carro, confeccionarão o cabresto e a rédea, remontarão os arreios, etc. c) propicia a revelação da vocação natural do educando para determinado ofício."*

(REGULAMENTO 1910 p. 14-15)

A segunda referência é quase uma repetição resumida dessa passagem, só que agora já incorporada como um artigo do Regulamento. O artigo 28 diz:

"Art. 28 - Como essencial à condição de todos os alunos e como preparatório ao facultativo ensino oficial, todo educando fará o curso de trabalho manual elementar, para contrair hábitos de paciência e perseverança no trabalho, apurar e conjugar os sentidos e especialmente adestrar as mãos, habilitar-se para prover, por si próprio, as necessidades comuns da vida rural, a revelar a vocação para o ofício, em cuja aprendizagem poderá depois especializar-se." (p.52)

Conforme o próprio texto diz, os objetivos do trabalho manual eram três: a) inculcar hábitos disciplinares; b) capacitar os alunos a resolverem pequenos problemas surgidos no dia-a-dia, principalmente no campo; c) propiciar a revelação de vocações para os ofícios.

É preciso chamar a atenção para o fato de que a distinção entre o termo utilizado na "fundamentação" (ensino manual) e aquele utilizado no artigo 28 (trabalho manual), não são, ao que parece, apenas semânticas. Parece-nos que o ensino manual relacionava-se muito mais com o fato de ser encarado como um momento de adaptação da criança ao novo ambiente e do aprendizado de habilidades manuais elementares. Por outro lado, ele é dirigido para as atividades ligadas à subsistência no meio rural onde, supostamente, a criança iria trabalhar ao sair do Instituto, e também para a confecção de artigos (caixas, latas ...) utilizadas pelo Estabelecimento e pela Fazenda da Gameleira.

O certo é que, como já estamos vendo, a aprendizagem do valor do trabalho vai-se dando através da aprendizagem de hábitos e atitudes a que, cotidianamente, os trabalhadores, no conjunto das relações, do trabalho ao lar, do lazer à escola, do campo à cidade, da rua à fábrica, precisam estar atentos, se querem "ser dignos, respeitados e honrados."

## O TRABALHO AGRÍCOLA

Concebido para ser formador de "operários agrícolas", não poderia faltar no Instituto o trabalho com a

agricultura. No Regulamento ele é colocado como um "ensino" obrigatório:

"A obrigatoriedade do ensino agrícola determinada pelas seguintes razões: - pelo valor altamente educativo do trabalho da lavoura, o qual desperta o amor pela terra, obriga ao conhecimento da natureza e ao respeito pelas leis naturais, favorece o desenvolvimento físico e moral do educando, dando-lhe saúde e vida regular, paciente e tranqüila, habituando-o ao lado sério e grave da vida pela lição diária de que só é digno de si e da sociedade aquele que amassa com o suor do rosto o pão de que se alimenta; pela eficácia disciplinar do trabalho agrícola, o qual é apropriado à idade e à força física de cada um, é constante, variado, ordenado, imediatamente útil, e estimulante por ser feito em comum; pela preocupação que anima a administração pública de voltar as energias do povo mineiro para a vida agrária, fadado que está nosso Estado, pela posição geográfica e pela variedade do clima e do solo, a ser o empório agrícola do Brasil." (REGULAMENTO ... 1910 p. 17-18).

Esta citação nos dá uma dimensão da importância atribuída ao trabalho agrícola. As razões podem ser divididas em quatro conjuntos inter-relacionados: o moral, o físico o intelectual e o econômico.

No que se refere ao plano moral, é este, sem dúvida, o que parece estar no cerne dos aprendizados que os fundadores queriam que as crianças absorvessem das atividades agrícolas. Para eles, ao começar o trabalho na agricultura a criança estaria penetrando num mundo onde iria aprender desde o "amor pela terra", a vida regular, a paciência e a tranqüilidade, até a percepção de que "só é digno de si e da sociedade aquele que amassa com o suor do rosto o pão de que se alimenta".

O trabalho agrícola ajudaria também no desenvolvimento físico e intelectual, pois, dá "saúde" aos educandos, "obriga ao conhecimento da natureza" e, além disso, disciplina-os.

Finalmente, os fundadores voltam-se para a idéia de que o Estado de Minas está destinado a ser o celeiro agrícola do País e, neste sentido, o trabalho agrícola e, de resto, o Instituto, devem contribuir para "voltar as energias do povo mineiro para a vida agrícola", educando trabalhadores para o campo.

No que se refere ao tipo de trabalho realizado pelas crianças, o quadro da página seguinte nos dá uma idéia das diversas atividades desenvolvidas pelos alunos no ano de 1909.

QUADRO 01

SERVIÇOS PRESTADOS NA GAMELEIRA  
(em horas)

NOMES DO MENORES	M E S E S									NATUREZA DOS SERVIÇOS
	ABRIL	MAIO	JUN.	JUL.	AGOS.	SETE.	OUT.	NOVE.	DEZE.	
R. Pereira	-	-	60	60	90	130	150	75	60	colheita de chique-chique; idem de algodão; preparo de sementes de algodão e chique-chique; capina de alfafa colheita de amendoim; idem de feijão; preparo e ensacamento de amendoim; preparo de semente de fumo; limpeza de pastos, plantio de amendoim; idem de batatas; colheita de batatas; capina de arrozais; extinção de pragas que atacam os batatais; sementeira de capim.
J. Henrique	-	-	-	-	110	100	180	90	75	
J. Totaro	-	-	-	70	35	140	179	30	-	
E. Felix	50	170	60	90	45	45	70	110	55	
C. Lopes	30	130	30	30	25	40	15	25	30	
C. Lopes	40	160	60	90	65	40	50	70	75	
O. Maciel	35	220	60	100	60	120	130	90	80	
P. Lemos	-	-	60	90	55	100	150	90	45	
J. Pinto	25	200	60	100	30	110	145	90	90	
L. Lopes	45	220	80	100	50	60	130	80	85	
J. Ignácio	60	50	60	20	30	110	140	90	65	
F. Souza	-	-	70	90	40	135	145	45	40	
C. Costa	60	150	50	80	65	135	115	75	95	
J. Pedrosa	70	220	70	100	70	45	115	90	60	
X. Quitês	-	-	60	70	50	40	165	90	35	
J. Campos	75	130	80	50	90	50	60	50	50	
J. Campos	65	160	80	50	70	140	130	65	70	
A. Campos	55	170	80	110	70	35	145	90	85	
A. Pereira	-	-	60	110	110	50	165	80	100	
T. Santos	20	140	70	60	55	20	95	60	90	

Fonte: Renault, 1910, p.472

Podemos notar, por outro lado, que não está presente, nos textos anteriormente citados, a idéia da formação técnica dos educandos, mas esta é uma questão que preocupava os fundadores e é assim apresentada por Leon Renault, no seu Relatório ao Secretário do Interior, em 1910, ao referir-se aos objetivos do trabalho agrícola:

“Formar uma geração nova de operários que compreendam a razão de ser de todas as operações realizadas no terreno; que conheçam e saibam manejar todos os instrumentos que a mecânica agrícola tem introduzido na prática rural; que saibam como devem ser tratados e alimentados os animais de trabalho e os destinados à reprodução; que sejam capazes de utilizar inteligentemente todos os detritos que possam concorrer para a formação de adubos”. (RENAULT, 1910 p. 470)

Como pode-se ver, são objetivos que visam à “necessária modernização da agricultura”, defendida por parte dos fazendeiros mineiros e com a qual comungavam os fundadores do Instituto.

Entretanto, assim como há uma diferença marcante entre aqueles textos anteriores que se referiram ao trabalho agrícola e este acima, parece que havia, no âmbito interno do Instituto, uma certa diferenciação, de tal forma que, para alguns alunos, valia somente a primeira formulação, com seus objetivos; para outros, além do aprendizado de cunho moral, valiam também os objetivos que se referem à formação técnica mais aprofundada. Em outras palavras, alguns alunos não

tinham acesso àquele aprendizado anunciado por L. Renault.

É isto que nos diz João E. Reges, um ex-aluno do instituto, a quem entrevistamos. Segundo ele:

“O trabalho de campo não era só trabalho com enxada. Tinha o trabalho com enxada, agora, aqueles que sobressaíssem mais tinham as aulas de época de plantio, época de sementeira.

Havia aqueles que não tinham mesmo aulas de época de sementeira, de plantio. Outros já se dedicavam ao trabalho com máquinas agrícolas, arado, plantadeiras, semeadeiras.” (REGES, entrevista concedida - 1988)

A seleção de quem poderia ir para este aprendizado mais “aprofundado”, ao que parece, era feita a partir do mérito, adiantamento escolar e da disciplina. Por estes critérios, decidia-se se um aluno era ou não capaz de adquirir os conhecimentos relativos à época de plantio e colheita, sementes, orçamentos, etc.

Uma outra razão pela qual nem todos alunos tinham acesso a todos os conhecimentos veiculados no trabalho agrícola era o fato de “fugirem” deste tipo de trabalho ou de não se interessarem muito por ele. João E. Reges conta um fato que ilustra a recusa, por parte das crianças, do trabalho agrícola e a serem chamados de futuros “trabalhadores da enxada” Segundo ele por

ocasião da visita do Embaixador da Itália ao Instituto o Diretor teria dito o seguinte:

“Aqui nós não estamos criando funcionários públicos, doutores, engenheiros. Não, nós estamos trabalhando (formando) trabalhadores do campo, na enxada.”

A esta declaração de L. Renault, teria seguido a seguinte reação de um aluno:

“trabalhador de enxada é a vó - e o chefe dele escutou e foi chamar-lhe a atenção.” (REGES, entrevista concedida - 1988).

Aparece aqui, de forma um pouco caricaturizada, uma tensão que marcará o instituto durante todo o período que estudamos: a direção e os professores propondo-se formar trabalhadores para a agricultura, e fazendo certa crítica ao sistema de ensino que forma somente bacharéis e funcionários públicos; de outro lado encontramos os alunos utilizando-se de diversos artifícios para fugir do trabalho agrícola.

## O TRABALHO NAS OFICINAS

A terceira modalidade de trabalho exercida pelos menores era o da oficina, no aprendizado de um ofício. A necessidade deste aprendizado é assim justificada:

“Conquanto o intuito capital da instituição seja preparar lavradores, é também facultada a aprendizagem de um ofício, na conformidade de vocação manifestada pelo aluno e para a eventualidade do educando ser levado, pelas contingências da vida, a preferir a cidade à roça; campônio ou habitante da cidade, ele estará aparelhado para viver à custa do seu próprio trabalho”. (REGULAMENTO 1910:17)

Como vemos tinham os fundadores a consciência de que, ainda que fosse uma eventualidade, a criança, ao sair do instituto, poderia não ir para o campo, dirigindo-se à cidade. Neste caso também deveria estar aparelhado para viver à custa do próprio trabalho.

Assim, para atender a estas necessidades, foram sendo criadas no Instituto oficinas de carpintaria, ferraria, funilaria, sapataria, alfaiataria e outras, que o menor podia frequentar de acordo com a sua vocação, idade, comportamento e permissão da chefia de pavilhão.

É interessante notar que a montagem das oficinas segue uma certa lógica, já definida de antemão pelos fundadores, no Regulamento do Instituto. Segundo esse documento:

“Na escolha das oficinas, cuja instalação se fará no Instituto, ter-se-ão em vista o valor econômico da profissão, a exploração do ofício no meio mineiro, a possibilidade de ser ele exercido individualmente, evitando-se os que dependem de mão-de-obra dividida, a modicidade a montagem de uma tenda ou oficina particular, a rapidez e facilidade de aprendizagem, a imediata utilização dos produtos oficinais no próprio Instituto e repartições públicas do Estado.” (REGULAMENTO, 1910:191)

Depreende-se desta citação certa nostalgia pelo trabalho artesanal, realizado autonomamente por cada um sem o concurso da mão-de-obra alheia ou dividida. Isto parece indicar uma certa recusa pelo trabalho industrial, nos moldes em que ele vinha sendo organizado, naquele momento, em Minas e no Brasil.

É preciso chamar a atenção para o fato de que muitas eram as motivações para os alunos frequentarem as oficinas. A primeira delas é o fato mesmo de ser este um trabalho menos pesado que o trabalho na enxada, no arado, ou que o serviço interno. Em segundo lugar, sendo o serviço realizado pelas crianças remunerado pelo Instituto, o trabalho nas oficinas era dos mais “rentáveis” pois rendia um maior “salário” e tinha um retorno mais rápido. Por último, em alguns casos parecia haver um interesse pessoal do aluno e um incentivo dos familiares para que este se dedicasse às oficinas.

No que se refere a este último aspecto, em uma correspondência dirigida a um educando podemos ler:

“Deves preferir a mecânica, a outro ofício, porque o governo favorece o estudo de mecânica até na Europa, enviando o aluno para lá se aperfeiçoar e, como tens vontade de ser um grande mercânico, deves sempre preferir isto, sim?”

Cabe ainda ressaltar que o fato de existirem, desde 1913, diversas oficinas para aprendizagem de ofícios cria, pelo menos teoricamente, a possibilidade de o aluno sair do instituto “aparelhado” para exercer diversas “profissões”.

## O TRABALHO INTERNO

A quarta modalidade de trabalho a que os menores eram submetidos consistia nos chamados serviços internos. Sob esta denominação genérica está subentendida toda uma gama de serviços que se relacionam ao

funcionamento o Instituto e dos pavilhões, no seu dia-a-dia.

O artigo 11º do regulamento do Instituto dizia: "...aos menores ficará incubido o asseio do prédio e dependências; a eles caberão igualmente o serviço da copa, do auxílio na cozinha, de jardinagem, horticultura e pomicultura, de lavagem e conserto da roupa.(...)

Também no serviço de escrituração dos pavilhões e da diretoria serão, escaladamente, aproveitados os educandos unicamente para que adquiram hábitos de ordem e exatidão, mas evitando-se que contraíam costumes burocráticos. (REGULAMENTO, 1910:30)

Os alunos efetivamente desenvolviam estas atividades, sendo que para ensiná-los a cozinhar, lavar, passar e cuidar da "casa" em geral, nos primeiros meses foi contratada uma pessoa. Possivelmente com a posterior chegada nos chefes de pavilhão com suas famílias, é bem provável que algumas destas atividades passem a ser "coordenadas" por suas esposas, que contavam com a ajuda dos alunos. O que nós sabemos ao certo é que com exceção do trabalho de cozinhar e de escrituração, todo o resto era feito pelos alunos.

Como vimos, os serviços internos estão relacionados também com o aprendizado de hábitos e valores e com a própria manutenção do Instituto. Este primeiro aspecto aparece de forma clara nas declarações de um aluno, segundo o qual:

"Para que eles (os alunos) adquiram hábitos de modéstia, nos pavilhões todos os serviços são feitos por eles.

Não se desenha o mundo como cenário de facilidade, onde tudo corre às mil maravilhas; pelo contrário, mostra-se-lhes uma vida onde, a não ser com o esforço de seu trabalho, honesto e perseverante, nada se consegue. (...)

Ensinando-lhes a lavar e costurar sua roupa, não se espera resultado pecuniário nenhum; mas muito maior: o moral, o legítimo, o econômico. (INSTITUTO 1919 p. 90)

Na prática cotidiana do Instituto, o trabalho interno, além destas características e objetivos que acabamos de mencionar, servia para um objetivo bastante singular: castigar.

A responsabilidade para com o trabalho interno era de todo e qualquer aluno e a sua divisão obedecia a uma escala, previamente determinada pelo chefe de pavilhão, de tal forma que a cada dia correspondia um grupo de internos. No entanto, temos indícios de que

alguns alunos ficavam dispensados deste serviço e que outros, pelo contrário, executavam-no como forma de castigo.

O aluno, ao que parece, poderia ficar dispensado do serviço interno caso estivesse em algumas outras atividades tais como recepção de novos alunos, cargo em comissão, etc. Por outro lado, o que possibilitava o uso dos serviços internos como castigo era o fato de ser ele encarado como "muito modesto" e por não ser contado no momento da remuneração. Ora, como existiam inúmeros outros serviços que, além de serem considerados "mais dignos", eram remunerados, não restava dúvidas, para os alunos, de que deviam evitar a todo custo este tipo de serviço. Então, como ninguém, ou quase ninguém, gostava do serviço interno, os chefes de pavilhões, conforme constatamos nos documentos analisados, aproveitavam para castigar a criança obrigando-a a trabalhar fora de sua escala, na hora do recreio, dos passeios ou mesmo dos momentos destinados a outras atividades.

## APRENDENDO A SER TRABALHADOR ASSALARIADO

"E a noção do dinheiro? Cada aluno do João Pinheiro aprende a saber o que o dinheiro vale. A vadiação é multada. A malcriação é paga em dinheiro. O mau procedimento é dinheiro perdido. Cada aluno ganha um tanto. O que fizer de mal lhe diminui a renda: a que embolsa, a que lhe fica para pectúlio.

A cada fato social corresponde uma certa situação econômica ..." (Alberto Deodato, 1926. In: ASSISTÊNCIA... 1930 p. 85).

O que para nós é hoje um fato corriqueiro, como o valor do dinheiro ou a importância do salário na vida do trabalhador foi, no entanto, um aspecto para o qual a burguesia, na busca de formar o trabalhador, teve que se voltar. A construção, no imaginário social de nossas sociedades, da noção de que "tempo é dinheiro", de que o homem honrado deve viver do trabalho assalariado, foi um processo histórico ao qual o trabalhador foi sendo submetido ao longo da constituição do sistema capitalista e ao qual ele não só resistiu, mas propôs alternativas.

Neste sentido, o trabalhador formado no Instituto deveria ter assimilado a idéia de que sua vivência, sua subsistência deveria ser garantida pelo salário conseguido com seu trabalho, e não através de meios excusos. Para tanto, definiu-se que o trabalho no Instituto seria remunerado. A este repeito assim se posicionam os fundadores:

“Dois anos depois de recolhido o menino ao Instituto, o seu trabalho na lavoura e na oficina será avaliado quinzenalmente pelo diretor e pelos mestres de cultura e de ofício. 70% desse valor serão escriturados como renda do estabelecimento, dando-se disto conhecimento ao aluno, explicando-se-lhe que ele começa a prover a sua própria subsistência e à própria educação, elevando-se-lhe o espírito pelo sentimento de que ele não pesa mais como objeto de caridade oficial. 15% formarão o pecúlio do asilado, e se recolherá trimestralmente à cardeneta nominativa da Caixa Econômica Estadual, para socorrer às primeiras necessidades de instalação do educando na vida prática, ao atingir a maioridade. 10% constituirão o fundo de reserva do Instituto, destinado a melhorá-lo e ampliá-lo e a formar estabelecimentos congêneres em outros pontos do Estado; o diretor terá o cuidado de tirar toda a vantagem educativa, comentando o fato do educando passar de assistido a assistente, cooperando para a obra de solidariedade humana que o salvou. 5% ficarão desde logo à disposição do aluno - para que ele tenha a impressão tangível de que o ganho é resultado de esforço individual, para que sob, discreta vigilância do diretor e chefes de pavilhão, se habitue a gastar utilmente o que ganha; e para que sobre esse pequeno patrimônio recaia a pena pecuniária, especialmente destinada aos delitos de danos ou destruição”. (REGULAMENTO... 1910 p. 21- 2)

Como parece, os fundadores tinham clara a necessidade de inculcar nas crianças o sentimento do valor do salário, bem como do valor educativo do pagamento ao trabalho. Eles viam com muita clareza que era preciso

“inculcar no espírito da criança que o trabalho lhe é necessário, que sem ele a vida seria precária, senão impossível, que o dinheiro é o produto de seu trabalho.” (INSTITUTO... 1919 p. 89)

Como vimos acima, o pagamento de um “salário” ao educando reveste-se de caráter especial. Através dele o futuro trabalhador deve aprender alguns elementos fundamentais para sua incorporação, sem conflitos, no mercado de trabalho capitalista tal qual ele vinha-se organizando em Minas Gerais. Alguns destes elementos merecem ser destacados.

O primeiro deles é o que se refere ao individualismo. Sem a pretensão de discutir aqui a complexa questão de individualismo e capitalismo, importa-nos

tão somente assinalar o quanto, no Instituto, procurava-se desenvolver na criança o sentimento de que individualismo é uma das principais alavancas do “progresso” social e de cada homem. Neste sentido, pode-se perceber um verdadeiro culto ao “esforço individual, ao viver pela próprias forças”, o que configura, na verdade, a busca de produzir indivíduos que, através da emulação, venham a se constituir em membros atuantes de uma coletividade onde cada um depende só de si mesmo.

Em segundo lugar queremos chamar a atenção para a poupança e seu significado. Primeiro, ela se refere ao aprendizado do não desperdício, do aproveitamento total dos recursos disponíveis. Segundo, ela refere-se à necessidade de prever futuros gastos e isto indica a necessidade de inculcar nas crianças o hábito de não gastar “à vontade” o dinheiro - pois poderá vir a precisar dele - procurar coibir no futuro trabalhador o hábito de gastar o seu dinheiro inutilmente, evitando-se lugares “anti-sociais” como o bar, o cabaré, etc.

É preciso chamar a atenção também para outras duas implicações importantes da remuneração do trabalho: a escolha do trabalho a ser feito e o controle do aluno.

Na verdade, a remuneração do trabalho permitenos perceber, no cotidiano do Instituto, uma via de mão dupla, a qual se constitui em uma oportunidade de ganho para os alunos e num mecanismo de formação na ótica da Instituição.

Na perspectiva do aluno, que obrigatoriamente deveria estar submetido ao trabalho, a remuneração era um ganho que ele parecia querer aproveitar. Nesse sentido, temos a explicação de L. Renault, em relatório de 1910 ao Secretário da Agricultura dando conta de que:

“os meninos se empenham para que sobre eles não recaiam os serviços internos, muitos menos atraentes do que o trabalho agrícola, ao ar livre.” (RENAULT, 1910:471)

a qual tem, na verdade um significado bem, preciso: os meninos achavam o trabalho interno “menos atraente” porque além de ser considerado “menos digno” e ser usado como castigo, não contava na remuneração.

Com o recebimento do salário condicionado ao imperativo de assiduidade ao trabalho agrícola ou das oficinas, ao bom comportamento e, principalmente, à produção, aquele que estivesse doente, que não fosse ao trabalho, não recebia. Por outro lado, aquele que estivesse trabalhando em ofícios onde o produto vendido rendia mais recebia um “salário” superior aos outros. Como era de se esperar havia uma maior “pre-

dileção” por estes officios, da parte dos alunos. Segundo João E. Reges, o ex-aluno que entrevistamos, nenhum aluno gostava de se ocupar do trabalho de fazer caixas, encomendadas pelo “comércio” de Belo Horizonte, porque a arrecadação era pequena e, conseqüentemente, o “salário” era menor. Já os trabalhos na sapataria, na alfaiataria ou com o maquinário (máquinas de beneficiamento de arroz, café, etc.) entre outros, eram mais procurados, pois rendiam mais.

Entretanto, este mesmo mecanismo de diferença salarial por tipo de trabalho, que em alguns casos, chegava a ser computado como diferença de ganho por hora e que era “utilizado” pelos menores em seu próprio proveito, na ótica do Instituto significava uma forma a mais de definir claramente as individualidades e de controlar os alunos através de uma contabilidade minuciosa.

Conforme nos mostra o quadro anteriormente apresentado, os diversos serviços realizados pelos menores eram constantemente contabilizados. Isso permitia comparar um aluno com o outro e penalizar de alguma forma aquele que trabalhasse menos, e permitia também, constantemente, incentivar a competição entre os alunos, dificultando assim a formação de hábitos de solidariedade entre eles.

As idéias e as práticas que norteiam a utilização do trabalho como elemento formativo por excelência, no âmbito do Instituto, permite-nos inscrever esta experiência no conjunto de outras, com características bem próximas a ela e baseadas numa perspectiva político-ideológica clara: a perspectiva liberal da relação entre escola e trabalho.

Segundo MACHADO (1989 p. 85)

“Entre os liberais, a relação do trabalho e escola é apresentada de diferentes maneiras: como recurso didático, pelo valor moral do trabalho ou tendo em vista um ingresso imediato no mercado ocupacional”.

Não há dúvida de que estas três preocupações estão presentes, como já mostramos, na experiência do instituto João Pinheiro. Existe, até, uma proximidade muito grande entre os textos de alguns liberais preocupados com a relação educação-trabalho e alguns dos textos já apresentados aqui. Vejamos, por exemplo, o que G. Kerschensteiner diz a respeito de sua “escola do trabalho”:

“A escola do trabalho é uma escola da comunidade moral do trabalho e não é tal escola senão uma escola para officios manuais ou espirituais” (Kerschensteiner citado por MACHADO - 1989 p. 85).

“A escola do trabalho é uma escola que trata de

conformar as forças morais do aluno, destinando-se a exercitar constantemente seus atos de trabalho, para ver se expressam com maior plenitude possível o que o indivíduo sentiu, pensou, experimentou e desejou, sem enganar-se a si mesmo nem aos outros”. (Kerschensteiner citado por LARROYO, 1970 p. 20).

Na verdade, poderíamos colocar o Instituto no conjunto das instituições educativas pensadas pela burguesia para educar, pelo trabalho, os trabalhadores. Como não ver, no que se refere especificamente ao trabalho, que esta experiência tem um pouco das “escolas de trabalho” pensadas desde o séc. XVI, às quais foram dados os mais variados nomes, para “abrigar, regenerar, proteger e, inclusive, educar” crianças que tiveram ( e têm) em comum o fato de serem filhas daqueles que nada possuem para sobreviver a não ser o próprio corpo?

Em comum com algumas destas experiências o instituto tem o fato de utilizar-se do trabalho das crianças para manter a própria Instituição. Conforme assinala ARROYO (1990 p. 24-25)

“Como ignorar, inclusive, a função econômica - e não meramente moralizante - de instituições como as Workhouses?

Estas instituições serviram também para aliviar os escassos recursos da filantropia, aliviar a carga paroquial, submetendo menores e vadios ao trabalho produtivo. Já naquela época, como nesta, entre o discurso e a realidade há bastante distância, os filantropos e políticos descobriram que o trabalho do menor pobre poderia ser produtivo, ainda que não fosse educativo, fornecendo rendas para seu auto-sustento e para cobrir os custos de sua re-educação e reclusão.

(...)

As work-houses, as escolas-fazendas, as prisões agrícolas, as escolas de produção (...) poderiam, também ser pesquisadas como expressão de uma nova economia do trabalho e da filantropia”.

Neste sentido, não é só porque o trabalho ajuda na formação moral e técnica dos educandos que ele tinha um papel fundamental nestas instituições. No caso do Instituto a produção dos alunos era fundamental para a manutenção do mesmo e chegou a significar de 30 a 50% do orçamento total.

Numa situação onde o investimento na educação era sempre defendido mas raramente feito, este tipo de contribuição do trabalho dos educandos à manutenção da Instituição era até mesmo utilizado pela direção do Instituto para defender-se das acusações de que ele era muito oneroso para o Estado.

## CONCLUSÃO

Conforme anunciamos na introdução e procuramos demonstrar ao longo da argumentação, o significado de se ter o trabalho como eixo de uma proposta educativa é variado e depende da intencionalidade motivadora de tal empreendimento e, em grande parte, das práticas articuladas na busca dos fins almejados. No caso do Instituto, de maneira geral, a intenção era submeter, desde a mais tenra idade, os futuros trabalhadores ao aprendizado daquilo que ENGUITA (1985) chama de "aprendizado das relações sociais de produção", em sua totalidade.

Cabe apontar também o quanto o Projeto Educativo da Instituição estava consonante com o "espírito" e as necessidades de seu tempo. De maneira exemplar, seus fundadores e sua direção souberam interpretar os anseios da elite mineira - e, por que não brasileira - dos incios da República, e montaram um projeto que em muito - para não dizer em tudo - tinha a ver com os ideais de educação, homem e sociedade, dos detentores do poder.

Por outro lado não devemos esquecer que não menos importante pode ter sido, para aquelas crianças, a vivência do trabalho organizado e das múltiplas possibilidades de aprendizagem, algumas das quais, em Mi-

nas, naquele momento, somente no Instituto poderiam ser propiciadas. Nesse sentido, convém, muitas vezes, tentar perceber a força das relações sociais e das práticas sociais, mais que a do discurso, na determinação daquilo que é ou pode vir a ser uma experiência reacionária ou progressista de articulação de educação e trabalho.

## NOTAS

1) As bases da organização do Instituto deveriam ser, segundo seus mentores, aproximadas à da República Federativa, a exemplo do Brasil. Ou seja constar de unidades federativas (grandes pavilhões) e, dentro desses, de micro-unidades que representavam os municípios (os quartos). Nos pavilhões moravam as crianças sob a unidade de um casal - formando famílias - em cada quarto alojavam-se no máximo três crianças. Faria parte, ainda, da "República" a instituição escolar, o aparelho judiciário repressivo (com júri popular e polícia), o trabalho organizado, a igreja e as eleições para os cargos de "ministros", em número de três, que tinham a função de auxiliares do diretor, este último, escolhido diretamente pelo Secretário do interior ou da Agricultura.

A idéia que animava os fundadores era que assim organizado, o Instituto propiciaria a vivência e a aprendizagem dos valores, das normas e das práticas republicanas (cf. REGULAMENTO... - 1910 p. 16ss).

2) Em outro artigo (FARIA FILHO - 1990) procuramos defender a tese de que o Instituto foi parte de um conjunto maior de mecanismos que buscavam resolver, na perspectiva da elite mineira, o problema da mão-de-obra para a agricultura no Estado.

3) De acordo com dados apresentados por RENAULT (1974 p. 136 ss), 36.722 pessoas visitaram o Instituto entre sua fundação (1909) e o ano de 1929, o que dá uma média de mais de 1800 pessoas por ano. Estes visitantes eram desde professores primários do interior mineiro, passando por jornalistas e outros profissionais comissionados especialmente para visitar a Instituição, até altas autoridades nacionais e internacionais em visita à capital mineira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. "O Princípio Educativo: o trabalho ou a resistência ao trabalho?" **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 1, p. 3-44, 1990.

ASSISTÊNCIA à infância Desvalida em Minas Gerais (a). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1930.

BRESSIANI, Maria E. Martins. "Lógica e dissonância - Sociedade de Trabalho: lei, ciência e resistência operária." **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7-44 set. 85/fev. 86.

DUPRAT, Catherine. "Punir e curar em 1919, a prisão dos filantropos". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 7-58, mar./ago. 87.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A República do Trabalho: a história do Instituto João Pinheiro - 1909/1934**. Belo Horizonte, AMEPRE 1988. (Mimeogr.)

\_\_\_\_\_. "A República e a Formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais". **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, n. 10, p. 79-92 1990.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

INSTITUTO João Pinheiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1919.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. São Paulo: Metre Jou, 1970. Tomo II.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politecnia, Escola Única e Trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

REGES, J. Ermério. Entrevista concedida ao pesquisador, 1988.

REGULAMENTO do Instituto João Pinheiro de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1910.

RENAULT, Delso. **Proteção do Menor - Leon Renault, um pioneiro**. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1974

RENAULT, Leon, Instituto João Pinheiro. -relatório apresentado ao Secretário do Interior. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910.